

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2026

Institui a Frente Parlamentar Mista de Defesa, Segurança e Soberania.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Mista de Defesa, Segurança e Soberania, com o objetivo de promover ações, estudos, debates e políticas voltadas ao fortalecimento da Defesa Nacional, à segurança do território, das fronteiras e das águas jurisdicionais brasileiras, à preservação da soberania nacional e ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa.

Art. 2º A Frente Parlamentar Mista de Defesa, Segurança e Soberania será composta por parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, sendo seu presidente e seus vice-presidentes escolhidos pelos seus membros.

§ 1º A presidência e as vice-presidências serão exercidas, alternadamente, por senador e por deputado federal.

§ 2º A coordenação da Frente buscará assegurar composição pluripartidária e representação equilibrada das diferentes regiões do País, especialmente das áreas de fronteira, da Amazônia e da zona costeira.

Art. 3º A Frente Parlamentar Mista de Defesa, Segurança e Soberania reger-se-á por regimento interno e, na falta deste, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Compete à Frente Parlamentar Mista de Defesa, Segurança e Soberania Nacional:

I – promover a articulação entre os parlamentares, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério da Defesa, as Forças Armadas, os órgãos de segurança pública e de inteligência, os órgãos de controle, a indústria de defesa, a academia, os centros de pesquisa, os organismos internacionais e os especialistas no tema;

II – debater e propor medidas legislativas, programas e políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Defesa Nacional, à proteção das fronteiras, da Amazônia e da Amazônia Azul, e ao enfrentamento do crime organizado transnacional;

III – acompanhar a tramitação de proposições legislativas relacionadas à Defesa Nacional, Base Industrial de Defesa, produtos e sistemas de defesa, segurança cibernética, atividades espaciais, minerais críticos, segurança de fronteiras e crime organizado transnacional;

IV – realizar audiências públicas, seminários, palestras, estudos, missões e outras atividades destinadas a conscientizar a sociedade sobre a importância da defesa nacional como política de Estado;

V – acompanhar a elaboração e a execução do orçamento de defesa e a continuidade dos programas estratégicos das Forças Armadas, zelando pela previsibilidade dos investimentos;

VI – acompanhar dados, estudos, indicadores e diagnósticos relativos à capacidade militar nacional, à Base Industrial de Defesa, às ameaças à segurança nacional e à presença do Estado nas regiões de fronteira e na Amazônia;

VII – apoiar iniciativas voltadas ao fortalecimento, à inovação e à exportação de produtos de defesa nacionais, bem como aos mecanismos de financiamento, garantia e encomenda tecnológica;

VIII – fomentar a soberania tecnológica nas áreas espacial, cibernética, de sistemas autônomos, de comunicação militar de semicondutores e de minerais críticos, e a redução de dependências externas em capacidades estratégicas;

IX – promover a diplomacia parlamentar e a cooperação interparlamentar em temas de defesa e segurança internacional.

Art. 5º A Frente Parlamentar Mista de Defesa, Segurança e Soberania reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. A Frente poderá, caso seja conveniente, reunir-se em outro local, em Brasília ou fora da Capital Federal, sem ônus para o Senado Federal ou para a Câmara dos Deputados.

Art. 6º O Senado Federal prestará colaboração às atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar Mista de Defesa, Segurança e Soberania.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Defesa, atualmente, é uma questão de sobrevivência nacional, não apenas de prestígio. Isso porque o sistema internacional vive o mais longo ciclo de expansão dos gastos militares desde o fim da Guerra Fria.

Em 2025, as despesas militares mundiais chegaram ao recorde de US\$ 2,89 trilhões, passando a representar 2,5% do PIB global, o maior patamar desde 2009. A Europa que, por três décadas colheu os “dividendos da paz”, elevou seus gastos em 14% em um só ano.

A guerra na Ucrânia, o conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã, a instabilidade no Estreito de Ormuz e a competição estratégica entre Estados Unidos e China recolocaram a guerra entre Estados no centro do tabuleiro da política internacional. E esses conflitos atuais podem e devem ensinar muito ao Brasil.

A primeira lição é que Forças Armadas precisam ter capacidade de dissuadir. O propósito de Forças Armadas modernas não é apenas adquirir plataformas, mas tornar a agressão custosa demais para ser tentada. A dissuasão se constrói em tempo de paz e depende de credibilidade, seja por meios disponíveis, pessoal adestrado ou capacidade de sustentar o esforço bélico.

A segunda lição é de que a guerra é decidida pela produção. Na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha desenvolveu algumas das armas mais

avançadas de seu tempo, mas foi derrotada por adversários que produziam em escala muito maior equipamentos frequentemente menos sofisticados. Os Estados Unidos fabricaram cerca de 49 mil tanques *Sherman*, a Alemanha, por seu turno, apenas cerca de 1.350 *Tiger I*.

O Conflito na Ucrânia atesta essa lição, especialmente porque uma guerra de alta intensidade é uma disputa de produção, de desgaste e de resiliência e regeneração. A capacidade industrial militar, por sua vez, não se liga e desliga à vontade. Ela é como a força física, que precisa ser mantida pelo uso contínuo, ou se perde.

Em 2020, nas montanhas de Nagorno-Karabakh, *drones* baratos e munições de vagueio atingiram blindados e trincheiras que pareciam inexpugnáveis. Na Ucrânia, centenas de *drones* cruzam o céu numa única noite. No Golfo Pérsico, nações riquíssimas confessam não conseguir proteger o próprio território.

No mar, o desafio se repete em outra escala. Na Amazônia Azul, a proteção de plataformas de petróleo, cabos submarinos e rotas marítimas exige vigilância permanente e capacidade de resposta à altura de ameaças novas, como drones e ataques sem autoria definida, que já atingem navios em outros mares do mundo. Em outubro deste ano, drones atingiram dois navios mercantes na zona econômica exclusiva da Bulgária, país-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, afundando um deles e deixando diversos tripulantes desaparecidos, sem que nenhum Estado assumisse a responsabilidade.

O Brasil reúne atributos que, num mundo em tensão, atraem ao mesmo tempo oportunidades e pressões: dimensões continentais, 16,9 mil quilômetros de fronteiras terrestres, uma Amazônia Azul de cerca de 5,7 milhões de km², as reservas do pré-sal, recursos hídricos estratégicos e uma das maiores reservas de terras raras do planeta. Sem embargo, é um patrimônio de potência. O esforço nacional para protegê-lo, porém, permanece muito aquém dessa grandeza.

Em 2025, o País destinou cerca de 1,1% do PIB à Defesa, menos da metade da média mundial, de 2,5%. Enquanto o mundo se rearma em ritmo recorde, o Brasil guarda riquezas de potência com um orçamento de defesa que ainda não está à altura delas. Além disso, programas estratégicos, como de submarinos, de caças e de fragatas prosseguem sob contingenciamentos recorrentes.

A Base Industrial de Defesa reflete essa realidade em seus extremos. De um lado, a Embraer demonstra o que o País é capaz de alcançar quando há continuidade de investimento e visão de longo prazo, uma vez que o cargueiro *C-390 Millennium* foi escolhido por países europeus e asiáticos, inclusive membros da OTAN. De outro lado, a Avibras mostra o preço da descontinuidade. Fabricante do sistema ASTROS desde 1961, a empresa entrou em recuperação judicial em 2022 e passou mais de três anos paralisada. Só retomou a produção em maio de 2026, e sua venda à Globe Investimentos foi concluída em outubro deste ano. As duas trajetórias contam que a capacidade industrial de defesa leva décadas para ser construída e poucos anos para se perder.

Ainda assim, as ameaças à soberania não vêm apenas de fora. O crime organizado transnacional ganhou escala, controle territorial e também conexões internacionais. Os rios amazônicos se consolidam como corredor de exportação de cocaína para a Europa, justamente onde a presença do Estado é mais rarefeita.

O problema já ultrapassou a esfera policial e ganhou dimensão de ameaça estatal e diplomática, quando o governo dos Estados Unidos designou duas facções brasileiras, o PCC e o Comando Vermelho, como organizações terroristas. A forma como o Brasil enfrenta o crime organizado passou, assim, a ser observada e cobrada de fora.

Cabe ao Congresso Nacional aprovar o orçamento da Defesa, apreciar tratados e acordos internacionais, fiscalizar os programas estratégicos e legislar sobre a Base Industrial de Defesa. Sem uma articulação parlamentar permanente, porém, o tema só ganha prioridade nas crises, quando as escolhas já foram feitas por outros.

Acrescento que a referência à participação preferencial de parlamentares da Amazônia Legal e das regiões de fronteira na coordenação da Frente é uma escolha coerente com o tema. Trata-se de garantir que a condução dos trabalhos esteja ancorada na experiência e na perspectiva de quem acompanha mais de perto os desafios da defesa e da segurança nacional: a vastidão das fronteiras, a pressão do crime organizado transnacional e a presença ainda insuficiente do Estado.

Ao mesmo tempo, a proposta preserva o caráter aberto e plural da Frente, ao estimular a participação de parlamentares de todas as regiões, partidos e posições.

A iniciativa não cria despesa nem estrutura paralela. Ela organiza, dá foco e continuidade a um debate que já existe, mas que ainda carece de maior articulação institucional, merecendo maior apoio por parte da Casa Legislativa. Por essas razões, contamos com o apoio dos Parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador HAMILTON MOURÃO